

Bazileu Margarido: “MMA perdeu capacidade de implementar política socioambiental”

Categories : [Reportagens](#)

A aliança entre Eduardo Campos (PSB) e Marina Silva (Rede) prega a sustentabilidade ambiental da economia brasileira. Defensora do conceito de transversalidade - segundo o qual as preocupações ambientais permeiam todas as decisões de governo - quando comandou o Ministério do Meio Ambiente (MMA), Marina influenciou a elaboração do programa de governo de Campos, onde a busca por uma economia sustentável é citada em diversos pontos.

Coordenador executivo adjunto da campanha PSB/Rede, e ex-presidente do Ibama durante a gestão de Marina no MMA, Bazileu Margarido, fala em "retrocesso na agenda socioambiental" brasileira, afirma que o MMA perdeu a "capacidade de formular e implementar suas políticas" e dá a entender que, apesar de as hidrelétricas serem consideradas por Campos uma das fontes prioritárias de energia, um empreendimento do porte de Belo Monte não terá vez em seu eventual governo.

Bazileu sugere que sejam transformadas em políticas públicas algumas ações pontuais, como o pagamento por serviços ambientais ou as formas de compensação por desmatamento evitado, e defende a adoção "de critérios de sustentabilidade nas decisões corporativas" como caminho para a "transição a uma economia de baixo carbono" no país. Ele defende a criação de novas Unidades de Conservação no Cerrado e na Mata Atlântica e diz que, em um eventual governo Campos, poderão ser adotados "modelos de parceria com a iniciativa privada" para a gestão das UCs. Leia a seguir a entrevista exclusiva de Bazileu Margarido a ((o))eco.

((o))eco: A sustentabilidade ambiental está presente em todo o programa de governo de Eduardo Campos. Sabendo que a transversalidade das ações ambientais na administração federal nunca passou de uma boa intenção, mesmo durante a gestão de Marina Silva à frente do MMA, como será possível organizar no Brasil um "governo sustentável"?

Bazileu Margarido: Durante a gestão da Marina Silva no MMA, a transversalidade das ações ambientais era ao menos uma boa intenção e se constituía numa das quatro diretrizes da política ambiental. Se não foi possível avançar mais na integração das políticas públicas aos objetivos do desenvolvimento sustentável, isto se deveu, em parte, às dificuldades de absorção de conceitos inovadores por parcela do governo e, em muitos casos, às contradições internas do próprio governo.

Isso é muito diferente do que ocorre no período mais recente, em que o MMA perdeu capacidade

de formular e implementar a política socioambiental. Estamos sofrendo, atualmente, um claro retrocesso na agenda socioambiental, com a alteração do Código Florestal, a redução de Unidades de Conservação para a construção de hidrelétricas, as desonerações tributárias que desconsideram e contradizem as políticas de mobilidade urbana e de mitigação às mudanças climáticas, o enfraquecimento do MMA e de suas autarquias, só para citar alguns exemplos.

A transversalidade da política socioambiental só é possível com uma clara definição no programa de governo e com o comprometimento das instâncias de coordenação do governo federal. De todas as candidaturas, essas condições estão mais claramente presentes nas propostas de Eduardo Campos e Marina Silva.

((o))eco: O programa de Campos não descarta a construção de novas hidrelétricas, inclusive na Amazônia. Essa matriz energética permanecerá prioritária, apesar dos impactos que empreendimentos como Belo Monte causam ao meio-ambiente? Haverá algum estímulo governamental para o desenvolvimento de fontes alternativas de energia?